

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O São Paulo Class.: K4R00041
 Data 21 e 27 de outubro de 1978 Pg.: _____

Território e situação missionária, os dois problemas da catequese

Pe. Caetano Maiello, assessor da linha missionária da CNBB e diretor nacional das Pontifícias Obras Missionárias, explica o motivo da escolha da proposição "Evangelizar: semear justiça para colher paz":

"Seria mentira declarar-se cristão e fechar-se em si mesmo, ou dentro da própria comunidade, sem colaborar para que a justiça seja levada a todos os homens, até os confins da terra, pelo anúncio e pela vivência do Evangelho. Hoje, o mundo é reduzido a uma "aldeia global". Nesta aldeia, os povos de civilização cristã são olhados com desconfiança, pois não testemunham sua fé vivendo a justiça e construindo a paz".

E continua: "Falta justiça quando não sou coerente com o caminho que Deus me indica no íntimo da consciência, ou na mensagem revelada; quando afirmo ser cristão e permaneço insensível à situação de meus irmãos que sofrem, são oprimidos, passam fome. São meus irmãos todos os homens do mundo: o pobre com que cruzo na esquina; o índio que é injustiçado na mata; o posseiro que é expulso de sua terra; os moradores do Bangladesh atingidos pelas enchentes; os africanos oprimidos por governos desumanos; o favelado sem abrigo; o preso sem processo e sem culpa; o desempregado sem salário. Então, com a falta de justiça, falta também a paz. Falta a verdadeira vida doada por Deus aos homens e restaurada pelo Cristo com a redenção".

SITUAÇÃO MISSIONÁRIA NO BRASIL

Os dois maiores problemas que se apresentam no Brasil, aos catequistas, atualmente, podem ser observados, para efeito de entendimento, sob ângulos distintos, que na prática se entrelaçam: território e situação missionária.

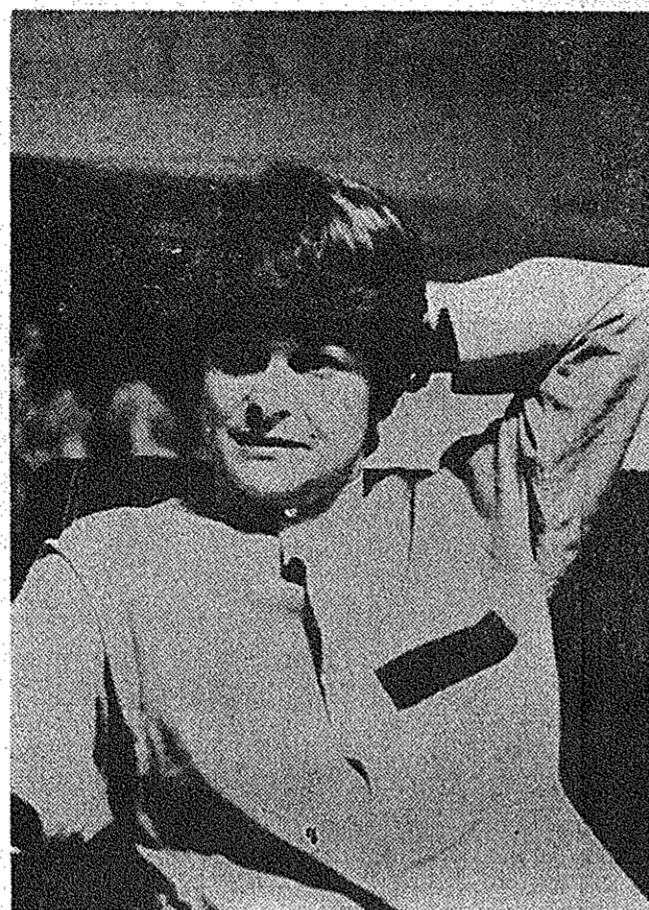
É grande a carência de missionários, religiosos ou leigos, dispostos a evangelizar, no território nacional. Nas 44 prelazias existentes no País, que abrangem uma superfície de 5.185.711 km², com cerca de 6.500 habitantes, existe um total de 663 sacerdotes e 2.210 religiosas, o que corresponde a 1 padre em cada 7.815 km² e uma religiosa em cada 4.597 km². Uma pessoa, nessas prelazias, para encontrar um padre deverá percorrer média de 88,40 km² (em São Paulo, percorrerá 2,11 km², porque para uma superfície de 5.060 km², com 8.013.768 habitantes, existe um total de 1.129 sacerdotes e 2.210 religiosas, o que significa 1 padre em cada 4,48 km² e 1 religiosa em cada 1,39 km²).

Depois de 4 séculos de atividade missionária, os sacerdotes indígenas da Amazônia não chegam a 5%, e este é um dos problemas mais sérios e urgentes que a Igreja está enfrentando, pois são nessas regiões que há maior necessidade do apoio cristão.

Existem, ainda, problemas materiais e um ângulo novo a ser observado: indivíduos que se encontram com um padrão de vida superior à maior parte da população. Eles também devem ser catequizados. Estudos realizados demonstram que, pelo menos no Brasil, as classes sociais são formadas em estabelecimentos de ensino mantidos ou controlados por religiosos. Entretanto, isso não significa que enfrentem uma conversão evangélica profunda, encarnada na situação sócio-econômica do País. Sua religiosidade é espiritualista, desencarnada, individualista e voltada a seus interesses.

Além da pregação aos pobres, deve ser feito, também, um esforço doutrinário com relação aos ricos pois, como diz Pe. Maiello, "não é cristão iludir-se, tentando proporcionar aos homens os bens espirituais, quando lhes falta o pão para comer. Antes de prometer o Pão da vida, Cristo distribuiu o pão material. Do mesmo modo, porém, não é justiça cristã lutar só pela distribuição dos bens materiais, sem se preocupar igualmente e, ainda mais, pela distribuição equitativa da vida de Deus, de sua mensagem, de sua fé, a todos os homens do mundo".

A destruição de todo um universo cultural novo



"No momento em que destruímos a sociedade indígena, nos privamos de conhecer uma sociedade, uma razão social, um igualitarismo. E só conhecemos a visão desta sociedade neles e nas utopias". Este é o argumento da antropóloga Carmem Junqueira, professora da Pontifícia Universidade Católica — PUC, coordenadora do curso de pós-graduação em Ciências Sociais, pesquisadora do Parque Nacional do Xingu, dos índios do Estado de São Paulo, conselheira do CEBRAP, vários artigos em diversas línguas em todo o mundo e autora de "Os índios de Ipavu — Um estudo sobre a vida do grupo Kamaiurá", já em 3.ª edição. Recentemente ela juntou-se a um grupo de antropólogos da Universidade de São Paulo, da UNICAMP, da Universidade de Brasília, da Federal do Rio de Janeiro, da Federal do Paraná, de Santa Catarina, do Museu Paraense Emílio Goeldi, para manifestar-se contra o projeto de emancipação de grupos indígenas. E é sobre esse mesmo assunto que ela falou a O SÃO PAULO nesta semana das Missões.

DEPOIMENTO A RIVALDO CHINEM.
 FOTO DE JESUS CARLOS.

"O Estado tem a obrigação de promover a população indígena através de legislação específica. Não tem que ter esse negócio de emancipar a comunidade porque individualmente qualquer índio emancipa-se quando quer. Até hoje não soube de algum índio que fizesse qualquer pedido de emancipação individual. Tem índio vereador, artista plástico, etc. O Estado quer se desvincular da obrigação de proteger essa população, e o problema mais sério de toda essa situação é o da terra. Porque aí houve um verdadeiro passe de mágica.

A população desde a Colônia reconheceu o direito a essas terras. De repente essas terras passaram a ser da União e o índio passou a ter usufruto dessa terra. Pois bem, se você acaba com essa tutela o usufruto da terra é dado ao índio; então é provável que cesse o direito de usar a terra, que, aliás, é a base fundamental da soberania indígena.

Tenho a impressão de que a nossa estrutura fundiária continua tendendo à concentração e nesse sentido, apesar de pequeno, o território ocupado pela população indígena acena para a cobiça da grande empresa. É bom não confundir com o posseiro, que é aquele que invade as terras indígenas. Porque esse é outro problema. Quem mais se beneficia com a extinção dos grupos indígenas são os proprietários de terras. E para obter a terra são usados os métodos mais "refinados".

O MASSACRE

Estive recentemente em Rondônia com os índios cinto-largas. Em 1960 teve um massacre no Paralelo 11. O seringalista Aruda Junqueira jogou açúcar com arsênico na aldeia, utilizando o avião particular. Depois, os jagunços dizimaram uma tribo inteira; só existe uma mulher sobrevivendo hoje na Missão Anchieta, em Diamantino, na localidade chamada Barranco Vermelho.

Este é o método mais usual, o violento, levado a cabo pelos capitalistas. O método mais refinado são os tais artifícios jurídicos. Quem faz a lei são os mais fortes, o índio não é sequer chamado para opinar. Nem mesmo os antropólogos, porque o governo só gosta de ouvir opi-

niões favoráveis aos seus projetos.

Costumam dizer que é extremamente injusto se proteger o índio quando não se protege o brasileiro. Perguntam se é justo que milhares de crianças passem fome. Digo que então vamos lutar para que essas crianças tenham comida, que tenham terras também, ora.

Mas a questão é pouco mais ampla. Em toda sociedade, qualquer uma, temos nas relações econômicas sempre a produção de um excedente, isto é, você trabalha um pouco mais para sustentar seu filho, sua mulher. Qual é a peculiaridade dessas sociedades indígenas aqui no Brasil? Como esse excedente é usado é que caracteriza essa sociedade. O índio vive numa sociedade de consumo? Não; o seu trabalho reveste para toda a sociedade. No momento em que destruímos essa sociedade, nos privamos de conhecer uma sociedade, uma razão social, um igualitarismo que estamos extinguindo. Só conhecemos a visão desta sociedade neles e nas utopias.

Outro fator: seria um ato de sabedoria nossa preservar estas sociedades. Em antropologia dizemos que toda vida social é fundada e amparada por símbolos. Exemplo: estou de luto e ponho preto; caso só com um homem de cada vez, o que quer dizer que atribuo o valor ético da monogamia; visto uma roupa longa porque é dia de festa. Outras sociedades tem um universo simbólico diferente desta nossa, de sociedade judaico-cristã. Cada sociedade indígena é um sistema cultural diferente. Destruímos isso como se destrói uma erva daninha.

Se você acredita que exista outras formas de convívio social, seria um ato de sabedoria impedir que elas fossem destruídas.

O "MILAGRE" E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Mas o que há é um modelo econômico do "milagre brasileiro" vigindo desde 68. Junto com esse "milagre" (aspas, por favor, hein) o modelo que vem sendo estimulado é o da agroindústria, através de incentivos fiscais, as minerações das grandes companhias multinacionais, e junto a tudo isso um modelo de grande concentração e um modelo po-

lítico ditatorial. Isso vem varrendo tudo: varre índio, varre nordestino, varre pobre, varre todos os oprimidos. E não há uma forma de conciliar uma coisa com outra.

Dizem que esse capitalismo é o nosso destino. Então não vejo solução. Sinceramente, não vejo. Primeiro devemos tentar aparar esse ímpeto selvagem desse capitalismo selvagem dependente brasileiro. O que é impossível. Só vamos conseguir preservar as sociedades igualitárias se nós mesmos valorizarmos o igualitarismo.

No entanto, somos bombardeados pelos bens materiais pela competição. Perdemos o ideal estético. São poucos os artistas hoje. É por isso que a gente vê que não é uma coincidência artistas, fotógrafos e pintores, se interessarem tanto pelo índio. Essa ligação não é só por um sentimento humanitário, mas estético.

Até um pau para plantar mandioca é pintado. O índio leva dias e dias pintando uma panela, que põe no fogo e perde a beleza em poucos segundos. Enfiado naquela riqueza a gente vê como cada grupo indígena é de fato um conjunto de pequenos artistas. E isso eles fazem com a casa, com o corpo; e essa beleza é inacessível ao seringalista, ao fazendeiro, porque nossa sociedade, por exemplo, considera o material plástico belo, e os conceitos são diferentes mesmo do deles. Nas sociedades indígenas há quase um refinamento estético. Esta é a riqueza que estamos enterrando.

Se o governo teria interesse em proteger tudo isso? Até agora pelo menos não demonstrou essa intenção. Cada ano que passa mais terra é invadida, mais grupos vão desaparecendo. O capitalismo não consegue conviver com essas sociedades igualitárias, essa que é a verdade. Em toda a parte do mundo também é assim. Outro agravante: o modelo específico que rege esse modelo no Brasil hoje. Terceiro: essas coisas menores, as cargas ideológicas que são lançadas — Brasil Grande, Ninguém Segura, etc. — que são recursos ideológicos que tentam se lançar no modelo econômico. Isso sem se falar em legislação e nos órgãos que administram os assuntos indígenas e a burocratização de nossa organização."

"Rangel Reis, o inimigo público n.º 1 do índio"



O processo de emancipação dos índios deverá ser aprovado ainda no governo Geisel, segundo informações obtidas no Ministério do Interior, e publicadas no Jornal de Brasília edição de 12/10/78, graças, segundo o jornal, à indiscrição cometida por um dos assessores do ministro Maurício Rangel Reis, às vésperas de uma reunião entre o ministro do Interior e representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para tratar do assunto. Rangel Reis vinha tomando o máximo cuidado para que nenhuma informação nesse sentido fosse veiculada, apresentando o fato já consumado.

A regulamentação do processo de emancipação não precisará ser aprovada pelo Congresso Nacional, uma vez que não se trata de uma nova lei, mas apenas da disciplina de alguns pontos do Estatuto do Índio. Essa regulamentação exige apenas a assinatura do presidente. Funcionários da FUNAI e indigenistas acusam um grupo de funcionários da própria Fundação de pretender a emancipação indígena com propósitos de lucros em empreendimentos localizados em territórios indígenas e que a regulamentação da lei liberará para exploração. Há ainda a informação de que órgãos de segurança já estão investigando casos de corrupção na FUNAI onde funcionários mantêm, inclusive, contas em bancos suíços.

Em seguida, a nota conjunta do Conselho Indigenista Missionário — CIMI-SUL, e Associação Nacional de Apoio ao Índio — ANAI:

"Conforme notícia divulgada hoje, o ministro do Interior, sr. Rangel Reis, decidiu "levar adiante por uma decisão pessoal" o projeto de emancipação dos índios brasileiros, apesar da discordância de antropólogos — inclusive os da própria FUNAI — ser-tanistas e missionários. Agrava-se mais ainda o fato de haver total afronta à vontade dos próprios índios, que repetidamente se têm manifestado contra qualquer pretensão de emancipação. Tornou-se claro, então, que os índios, na idéia perturbada do sr. Rangel Reis, devem desaparecer. Segundo denúncia do prof. Darcy Ribeiro, as intenções etnocidas do ministro são condicionadas pelo interesse que este tem de ver desocupadas áreas indígenas, principalmente no Mato Grosso, de modo que possam passar às mãos de particulares e multinacionais. Estaria o ministro barganhando apoio político e financeiro, necessário às suas conhecidas pretensões ao governo do Mato Grosso do Sul. A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO E CIMI-SUL divulgam estes fatos para deixar claro ao público o tipo de interesse que, há muito tempo, vêm condicionando a política indigenista oficial e a atuação da FUNAI. Agindo como agem, o ministro do interior e demais responsáveis tornam-se criminosos, co-autores de um genocídio cujo último ato é o nefasto projeto de emancipação, absurdo e inconstitucional por essência. A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO E CIMI-SUL manifestam seu total e veemente repúdio a este ato arbitrário do sr. Rangel Reis, agora já declaradamente "o inimigo n.º 1" dos índios brasileiros, ao tempo em que aguardam o pronunciamento dos setores conscientes da opinião pública, como última esperança para que se evite a aprovação deste projeto."

CARMEM JUNQUEIRA: ÍNDIO E TERRA

"Desde o período colonial nossos índios têm direito à proteção do Estado. Não se trata de algo gratuito, generoso. A proteção foi o resultado de uma longa luta para a reparação histórica, o reconhecimento dos inomináveis desastres causados a esses povos. Além das leis protecionistas está a grande linha histórica do humanitarismo brasileiro.

No entanto, à medida em que as comunidades indígenas perdiam a sua autonomia, perdiam igualmente o controle da natureza, do ambiente, tal qual elas os conheciam. E descobriu-se desde cedo que para assegurar a sobrevivência dos remanescentes era fundamental ampliar o escudo protecionista.

Proteger tem tido corretamente o significado de procurar garantir um mínimo de acesso às fontes de recursos fundamentais à vida, mesmo quando parte desses recursos chegue através do Estado. De qualquer modo, comunidade indígena e terra inalienáveis são termos inseparáveis.

O esforço supremo para todos nós, então, deve ser o de combinar lucidez, energia e disposição para decifrar e destruir incontáveis ardis, alguns deles se mostrando com uma face aparentemente benévola e democrática, mas cuja última finalidade é a de jogar índios e suas terras no grande mercado onde sua sorte estará miseravelmente selada."